
MÍDIA E POLÍTICA: ENTRECruzAMENTOS DISCURSIVOS

*Carmen Zink Bolognini**
*Cristiane Maria Megid***

Resumo

Apresentamos, nesse texto, a análise contrastiva de notícias publicadas em dois jornais (*O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) e divulgadas em dois telejornais (*Jornal Nacional* e *Jornal da Record*). O objetivo é demonstrar que pequenas diferenças na materialidade do discurso produzem efeitos de sentido diferentes, e indicam posições ideológicas diferentes dos editores perante o fato noticiado.

Introdução

A mídia recebe/investiga/detém informações e as divulga à sociedade. Essa formulação e suas paráfrases apresentam a maneira pela qual o imaginário a respeito dos órgãos de imprensa determina o relacionamento dos sujeitos de uma sociedade com as notícias, os fatos e comentários apresentados pelos meios de comunicação. Entretanto, esse imaginário merece atenção especial, uma vez que ele pressupõe uma concepção, como o afirma Orlandi (1999), um tanto quanto ingênua de linguagem: a da sua transparência e de sua neutralidade.

* Professora Doutora do Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

** Mestranda em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

A complexidade que envolve o processo de elaboração de uma notícia só pode ser analisada considerando-se a perspectiva da Análise de Discurso, a partir de questões que destacam o comprometimento ideológico da imprensa. Para tanto, é fundamental reconhecer a dimensão ideológica da própria linguagem. Dessa forma, a análise discursiva de uma notícia não tem por objetivo investigar a legitimidade dos eventos narrados, mas objetiva investigar a maneira pela qual os símbolos tanto da linguagem verbal, como da não-verbal, produzem efeitos de sentido.

Partindo, então, do pressuposto de que os textos jornalísticos produzem efeitos de sentido, e objetivando demonstrar a maneira como esse processo opera, centramos nossa observação em um aspecto bastante polêmico em nosso país: a política. Focalizaremos um ponto de grande discussão no governo de Luís Inácio Lula da Silva, a polêmica em torno dos problemas sociais brasileiros. As eleições presidenciais de 2002 intensificaram esta polêmica e os debates continuaram depois da vitória do governo petista, retratados cotidianamente pela mídia, abrindo espaço para a divulgação dos mais diferentes posicionamentos.

Dentro destes dois âmbitos discursivos (a mídia, por um lado, e as questões sociais do governo Lula, por outro), realizamos, durante os anos de 2003 a 2005, duas pesquisas¹ a partir das quais observamos contrastivamente os posicionamentos de quatro grandes empresas jornalísticas brasileiras: no primeiro ano, os jornais impressos *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) e, no segundo, os telejornais *Jornal da Record* (JR) e *Jornal Nacional* (JN).

Nosso *corpus* – constituído a partir de reportagens sobre o governo federal e assuntos sociais publicadas na primeira página da FSP e do OESP entre agosto e novembro de 2003 e no JN e no JR entre agosto e novembro de 2004 – é bastante extenso. Desta forma, selecionamos os pontos principais de nossas observações, que serão exemplificados, no caso dos jornais impressos, com reportagens referentes à reforma da previdência, assunto de maior destaque no período analisado; no caso dos telejornais, selecionamos algumas notícias cujas características exemplificam os principais pontos observados em todo o *corpus*.

¹ Financiadas respectivamente pelo CNPq/Pibic e pela Fapesp.

Os jornais impressos

Nossas análises foram realizadas com base na Análise de Discurso de linha francesa e na Semântica Histórica da Enunciação. Os conceitos teóricos serão apresentados ao longo das análises.

Autoria e Contrastes

A reforma da previdência, uma das primeiras grandes medidas tomadas durante o governo Lula (apesar de iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso), teve sua votação exatamente no período em que observamos a FSP e o OESP. Foram grandes as discussões acerca deste tema e dos protestos (algumas vezes violentos) delas decorrentes. A mídia impressa participou da construção destes acontecimentos, noticiando-os neste primeiro período, quase todos os dias na primeira página dos diários.

A primeira página, enquanto lugar privilegiado em uma edição de um jornal impresso, evidencia os assuntos classificados como mais importantes pelo editor do jornal. Assim, a reforma da previdência foi o maior assunto de destaque nos jornais neste momento. Entretanto, este mesmo assunto passa a ser silenciado² durante o restante do período em que constituímos nosso *corpus*, sendo que as outras votações foram noticiadas sem a mesma expressividade.³

Estas observações fazem parte do que chamamos em Análise de Discurso de *condições de produção*, que compreendem os sujeitos e a situação de enunciação, o contexto imediato e sócio-histórico, ideológico (Orlandi, 1999: 30).

As escolhas lexicais foram uma das características que mais nos chamou a atenção no contraste entre os dois jornais, levando-nos a conclusões significativas quando analisadas em conjunto com outros elementos constituintes do discurso dos jornais.

²“O silêncio é (...) a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”, abrindo espaço “para o que permite o movimento do sujeito” (Orlandi, 2002: 13).

³ Estas informações são parte das conclusões das análises quantitativas que realizamos. Este tipo de análise fez parte de um momento inicial de nossa pesquisa, onde agrupamos as reportagens de acordo com os temas centrais que noticiavam. Ressaltamos, entretanto, que estas análises são apenas parte da análise discursiva que fizemos em conjunto com as análises qualitativas.

Este primeiro quadro destaca o contraste entre as escolhas lexicais em reportagens sobre a votação em primeiro turno na Câmara dos Deputados do dia 7 de agosto:

FSP	OESP
Planalto <i>cede e autoriza</i>	Governo <i>concordou</i>
O governo <i>cedeu</i>	O governo <i>fez concessões</i>
O temor do governo de derrota (...) se deu porque ele <i>dependeu do voto de alguns opositores</i> para garantir a aprovação da reforma em primeiro turno	Base se divide e <i>oposição salva governo</i>
Para tentar <i>apaziguar</i> os servidores	Para <i>aprovação da reforma</i>

Na primeira linha do quadro, vemos que, na FSP, há dois verbos descrevendo a atitude da posição-sujeito governo (denominado como *Planalto*, em um processo metonímico): “ceder” e “autorizar”. Esses verbos, unidos pela conjunção, indicam dois percursos de sentido para a posição-sujeito governo. O verbo “ceder”, bitransitivo, coloca que há um objeto direto (no caso, a reforma da previdência) a ser cedido a um objeto indireto (os servidores).

Entretanto, as condições discursivas de produção, nas quais o verbo ceder pode e deve ser dito (a partir da Formação Discursiva da qual faz parte), são diferentes daquelas de outro verbo bitransitivo como presentear, por exemplo. O verbo “ceder” pode e deve ser dito em uma situação na qual duas ou mais Formações Discursivas entram em cena, ancoradas a Formações Ideológicas diferentes, caracterizando uma situação de desentendimento. No caso acima, a posição-sujeito de maior poder é a do governo. Entretanto, esse poder não lhe garante o direito de colocar em cena os seus sentidos a respeito da reforma da previdência. Os efeitos de sentido a respeito da reforma que são colocados em cena são aqueles dos servidores.

O verbo “ceder” aponta para uma inversão nas relações de poder: é o governo que cede aos servidores. Por outro lado, o verbo “autorizar” realoca o poder à posição-sujeito governo, pois ele dá a autoria a alguém. E a finalidade destas ações, segundo a FSP, é “apaziguar” os manifestantes, o que destaca a relação de conflito e a necessidade da paz (*apaziguar*). Ou seja, os enunciados focalizam a alternância na disputa de poderes entre servidores e governo, e, nesse caso, ter o poder significava ser autor dos efeitos de sentido da reforma da previdência. Como a posição-sujeito de poder estava em disputa, ela fica assegurada no governo por meio do verbo “autorizar”.

Já no OESP, o verbo “concordou”, em oposição a ceder, e a expressão “fazer concessões” colocam o governo em outra posição-sujeito. Os dois verbos têm em sua composição o prefixo “com”, o que indica um trabalho com-junto. O governo não “cede”, ele “com-cede”: o governo toma um novo posicionamento perante os fatos em destaque, a partir da posição de outro, seu interlocutor, no caso, os servidores.

A relação entre governo e oposição é tema nos dois jornais. Na FSP, a relação do governo para com a oposição é de dependência: a posição de poder se sustenta a partir de uma condição, no caso, dos votos da oposição. No OESP, por outro lado, com a utilização do verbo “salvar”, é a própria posição de poder do governo que está sendo apresentada como ameaçada.

A presença dos verbos “depende” e “salvar” indica também que os jornais insistem em uma divisão na autoria do projeto da reforma da previdência. E, nesse aspecto específico, nos dois jornais há a produção de efeitos de sentido semelhantes: não se pode creditar apenas ao governo a autoria de um texto cujo formato final, aprovado, estava de acordo com o interesse de um outro grupo. Essa co-autoria colocada em cena fortalece a posição-sujeito da oposição, à medida que retira todo o poder da posição-sujeito governo.

Nota-se, portanto, que os dois jornais contam histórias diferentes em alguns detalhes, que indicam a posição ideológica do órgão de imprensa em sua relação com o governo. Isso significa um retorno à questão colocada no início desse artigo: a não-transparência da linguagem merece ser considerada a partir de reflexões em torno da questão ideológica que ela traz. Também é importante retomar as reflexões de Orlandi (1999) relativas aos acessos aos fatos em si. Para a autora, eles são o impossível, pois a linguagem os

constitui. É nesse sentido também que Pêcheux (1981) destaca que o discurso é estrutura e acontecimento.

A mesma questão relativa à constituição do acontecimento foi observada em muitos dos textos analisados. O quadro a seguir mostra outro exemplo retirado de uma reportagem do dia 28 de agosto sobre a votação em segundo turno da reforma da previdência na Câmara dos Deputados.

FSP	OESP
Pendências na reforma tributária faziam o governo <i>temer retaliações</i> na Previdência	Mais uma vez , a <i>oposição</i> (...) <i>garantiu a vitória</i> do governo
A previsão era que o mapa de votação revelasse <i>apoio decisivo dos opositoristas</i> ao projeto.	Novamente parte da oposição votou a favor, o que <i>garantiu a aprovação</i> do projeto.

É preciso lembrar, primeiramente, que neste momento os protestos contra a reforma da previdência já não tinham a mesma intensidade do início de agosto. Dito isto, dois pontos do quadro nos chamam a atenção, em especial. O primeiro deles se refere às expressões “mais uma vez” e “novamente” no OESP, e à expressão “apoio decisivo dos opositoristas” na FSP. Elas fazem uma ligação com as reportagens do dia 7 de agosto. Esta repetitividade tem um efeito de sentido interessante: os jornais retomam a necessidade que o governo teve do apoio da oposição para a aprovação do projeto. E, novamente, retomam a questão da autoria do projeto.

Outro ponto está em relação ao primeiro exemplo observado na FSP. “Temer retaliações” aproxima novamente, tal qual em apaziguar, o contexto da reforma ao de um discurso bélico. Para observar o uso de “retaliação” em outras condições, buscamos, primeiramente, seus significados no Dicionário Aurélio. Alguns dos significados encontrados foram: a) revidar com dano igual ao dano recebido; b) exercer represália contra; vingar, desagrar. Em seguida, fizemos uma busca no site Google (<http://>

www.google.com.br/). Digitamos na primeira busca a palavra “retaliar”. Obtivemos 3050 páginas. Em seguida, digitamos “retaliar + guerra” e encontramos 2220 páginas. Isto significa que, dos contextos onde o verbo “retaliar” é empregado, provavelmente mais de dois terços envolvem guerras.

Uma movimentação discursiva semelhante a esta foi estudada por Pêcheux (1982). O autor analisou o enunciado “On a gagné”, amplamente utilizado nas eleições da França de 1981, observando como um discurso esportivo passa ao âmbito político e quais os efeitos de sentido foram produzidos por esta movimentação. Na FSP, a diferença na posição do governo e servidores fica situada em um ambiente que permite a remissão a um discurso de grande confronto a um discurso bélico.

O passado lembrado e a diagramação

Outro aspecto analisado foi a diagramação, porque o local onde as notícias são apresentadas na primeira página de um jornal caracteriza uma hierarquização dos assuntos. Do ponto de vista jornalístico, uma notícia com maior destaque é também aquela que ocupa maior espaço na página ou que se localiza mais acima dela. O quadrante superior da capa, por exemplo, é aquele que fica exposto nas bancas de revista e, portanto, as notícias ali publicadas são as mesmas que irão chamar – ou não – a atenção do consumidor.

No OESP, a reportagem sobre a primeira votação na Câmara dos Deputados ocupou mais da metade da primeira página, sendo composta por cinco manchetes e duas fotos (outro elemento que confere destaque a um assunto). Na FSP, a primeira página deste mesmo dia apresentou duas fotos e duas manchetes sobre a votação da reforma.

Já na segunda votação na Câmara dos Deputados, o OESP publicou o assunto como manchete principal, mas sem fotos. A FSP colocou a manchete sobre a reforma no quadrante superior do jornal, mas não sendo mais esta a principal chamada da edição, além de apresentá-la também sem fotos.

Na votação no Senado, em novembro, o OESP manteve o mesmo posicionamento da reportagem que utilizou nas outras duas votações, e desta vez apresenta uma foto do local. Já a FSP coloca a manchete do dia 27 (“Reforma da Previdência é aprovada no Senado”) no quadrante inferior da primeira página, à direita e sem fotos. A manchete do

dia 28 (“Governo sofre derrota na Reforma da Previdência”) é colocada no canto inferior direito do primeiro quadrante da página.

Do ponto de vista discursivo, podemos entender este processo a partir dos estudos de Guimarães (2002) acerca do passado rememorado.⁴ O presente da primeira página é o tempo em que o editor retoma um passado – as notícias escritas pelos jornalistas –, reescreve-o de forma sucinta (eliminando o que ele julgou não ser o mais relevante) e, finalmente, dispõe em uma nova página.

O passado rememorado se processa no jornal por meio do encadeamento de notícias produzidas sobre um mesmo assunto, muitas vezes em formatos diferentes, sob perspectivas novas, acrescidas de outras informações. Nestas notícias, o que vemos é exatamente a produção de um enunciado cujo efeito de sentido pode ser lembrado em outras anteriores. O desenrolar da reforma da previdência exemplifica bem o que tentamos expor aqui. Os dois jornais apresentaram inúmeras reportagens sobre este assunto, às vezes mais de uma em um mesmo dia. Algumas vezes, fatos novos eram acrescidos; em outras, o assunto era tratado em editoriais ou em outros textos assinados. Cada um deles recorta um passado, criando, ao mesmo tempo, uma latência de futuro.

Voltando à questão inicial deste item, o passado rememorado cria efeitos de sentido diferentes para as notícias que são publicadas em diferentes posições na primeira página do jornal, uma vez que ele é constituído pelas características das notícias que ali foram publicadas anteriormente. Mas não é uma relação direta entre as notícias e seus conteúdos, e sim entre os efeitos de sentido criados por elas anteriormente. No momento em que um texto é colocado no topo da primeira página, ele passa a recortar um outro passado rememorado, aquele pertencente aos grandes acontecimentos, às notícias mais importantes da história ou classificadas pelo editor como as mais importantes de uma edição.

Uma das questões que chama a atenção é o fato de que o maior ou menor destaque dos textos na primeira página está relacionado à quantidade e intensidade das

⁴ Para Guimarães, a temporalidade se configura “por um presente que abre em si uma latência de futuro (...) sem a qual não há acontecimento de linguagem” (*ibid.*: 12), e pelo passado, responsável por fazer o presente, e o futuro terem um significado, uma vez que “o acontecimento recorta um passado como memorável” (*loc. cit.*).

manifestações dos servidores. Ou seja, um maior destaque veio acompanhado de um protesto mais intenso contra a reforma. Dessa maneira, fica reafirmada a participação da imprensa na constituição dos fatos.

Nessa linha, ainda merece atenção o fato de que a análise revelou semelhanças importantes entre os jornais. Os assuntos tratados por eles são bastante parecidos, quase sempre se repetindo em suas capas, com a mesma diagramação. Isso implica dizer que a seleção daquilo que deve ser tema de discussão (ou de protesto) é feita de maneira semelhante pelos dois jornais.

Os telejornais

Analisaremos uma nota transmitida pelos telejornais sobre o Grito dos Excluídos no dia 6 de setembro no JR e no dia 7 de setembro no JN, a qual revela um posicionamento bastante importante para o nosso trabalho. Veja a transcrição das notas:

- *JN (Nota Coberta): "Doze mil pessoas, representantes da Igreja, dos Sem-Terra e de outros movimentos sociais se reuniram hoje em Aparecida, em São Paulo. (início das imagens) Foi o fim da chamada "Marcha dos Excluídos" que durou 8 dias. Em São Paulo, 4 marchas se encontraram no local onde foi proclamada a Independência e onde hoje está o Museu do Ipiranga."*

- *JR (Nota Simples): "Organizações sindicais, pastorais da Igreja Católica e movimentos de trabalhadores rurais participam amanhã em todo o país do Grito dos Excluídos. O MST faz, desde a semana passada, novas invasões de terra para comemorar os 10 anos do Grito. Já a UDR faz também manifestação batizada de Ordem e Progresso em Presidente Prudente, no interior de São Paulo. A UDR diz que vai demonstrar seu descontentamento com o Incra e o Ministério da Reforma Agrária, que considera instituições inimigas. Segundo os fazendeiros, estes órgãos do governo estão provocando a insegurança no campo."*

O Grito dos Excluídos,⁵ protesto realizado por milhares de pessoas no dia 7 de setembro, é referido pelos telejornais de forma diferente, a começar pelo sujeito dos enunciados iniciais destes trechos dos dois noticiários. O JN refere-se a “doze mil pessoas, representantes da Igreja, dos sem-terra e de outros movimentos sociais”, e o JR a “organizações sindicais, pastorais da Igreja Católica e movimentos de trabalhadores rurais”. Observa-se que o JN refere-se mais amplamente aos participantes da manifestação, enquanto o JR especifica melhor as entidades às quais eles pertencem.

Por um lado, o JN veicula efeitos de sentido nos quais está enfatizado o grande número de pessoas que participou do ato, o que também é feito pelas imagens mostradas, sempre com muitas pessoas carregando bandeiras, em sua maioria com a cor vermelha, caracterizando, assim, o protesto e o próprio MST, principal grupo manifestante, cuja bandeira é predominantemente desta cor. Por outro lado, o JR produz efeitos de maior legitimidade para os movimentos que participaram do ato. Isso pode ser visto nas oposições construídas no enunciado entre “representantes da Igreja” e “pastorais da Igreja Católica”, e entre “sem-terra” e “movimento dos trabalhadores rurais”.

Complementando estes efeitos de sentido, o JN refere-se ao ato apresentando uma heterogeneidade mostrada (Authier-Revuz, 1998), ou uma não-coincidência do discurso com ele mesmo. Dizer, portanto, que o ato é “chamado” de Marcha dos Excluídos pressupõe que ele poderia não ser chamado desta forma, e indica que o telejornal não assume a autoria deste nome.

Já o JR denomina o ato de “Grito dos Excluídos”, mas não mostra qualquer heterogeneidade neste relato. Por outro lado, o telejornal distancia-se do movimento organizado pelos ruralistas quando mostra a heterogeneidade discursiva em “manifestação batizada de Ordem e Progresso”. Esta última segue o mesmo processo da heterogeneidade visto no JN, mas coloca a não-coincidência sobre o movimento dos ruralistas, e não sobre o movimento dos excluídos.

A escolha lexical destes trechos também nos é muito importante. A palavra “grito” traz a imagem daquele que fala, mas não é ouvido. E grita por querer falar ou precisar ser ouvido. A palavra “marcha” traz efeitos de sentido bastante diferentes. Remete-nos

⁵ Utilizamos aqui a denominação do movimento que é mais utilizada na internet, conforme a pesquisa que descreveremos a seguir.

interdiscursivamente a um discurso militar, se lembrarmos da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida durante e a favor do Regime Militar no Brasil, assim como a canção infantil que diz “Marcha soldado, cabeça de papel/ Quem não marchar direito vai preso pro quartel”. Estes são acontecimentos muito presentes no discurso do brasileiro.

Ao mesmo tempo, realizamos uma nova busca no site Google (<http://www.google.com.br/>). Para a expressão “Marcha dos Excluídos” encontramos aproximadamente 77 páginas, enquanto, para “Grito dos Excluídos”, o site apresentou aproximadamente 8.570 páginas, sendo que os dois termos são utilizados para designar o mesmo acontecimento na maioria das ocorrências. Existe, inclusive, um site para o “Grito dos Excluídos”, o <http://gritodosexcluidos.com.br>. Com isto, observamos que o JN escolheu uma expressão pouco utilizada para se referir a um movimento muito importante de oposição ao governo. O JR traz outros efeitos de sentido quando opta por utilizar o termo mais comum, fazendo com que o movimento também seja tido como mais conhecido pelos telespectadores.

Não queremos, com isso, dizer que as palavras têm significados, nelas mesmas, diferentes. Antes, temos, como diz Orlandi (1999: 43) que

as palavras (...) derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente.

No caso específico que relatamos, podemos dizer que as escolhas lexicais feitas pelos dois jornais remetem-nos a formações discursivas diferentes, uma condizente com um discurso enraizado na ideologia militar, e outro que tem como base o protesto.

Outra escolha lexical do JR nos chama a atenção. Além de se referir ao movimento da UDR através de um discurso indireto, utiliza a palavra “batizada” para realizar a modalização. A modalização autonímica é um termo utilizado por Authier-Revuz (1998) e definido pela autora como uma “modalidade de representação reflexiva, opacificante, do dizer – em relação a fenômenos diversamente ‘vizinhos’” (*ibid.*: 18). Temos, então, uma heterogeneidade constitutiva do dizer, cuja modalização é feita de forma pouco

explícita, através da entonação do locutor e de um discurso indireto livre, utilizando classificações da própria autora. Mas Authier-Revuz afirma que a modalização também faz parte da determinação do dizer relatado.

Assim, e atrelando estes conceitos aos nossos estudos sobre as escolhas lexicais, a referência ao batismo traz como efeito de sentido o discurso religioso, caracteristicamente do discurso católico, já que é nesta religião que as crianças recebem um “nome de batismo”. A utilização deste léxico, porém, está mobilizando um discurso que não coincide com o discurso próprio à Formação Discursiva do JR. Lembramos aqui do histórico da Rede Record, diretamente relacionado à Igreja Universal, que, por sua vez, tem uma longa história de oposição à Igreja Católica. Estas características são parte importante do que chamamos *condições de produção*.

Seguindo estes mesmos efeitos de sentido, voltamos à referência aos membros participantes do ato no início do discurso dos telejornais, no qual observamos um distanciamento da Igreja Católica produzido pelo JR. Já o JN não especifica a “igreja” à qual se refere, possibilitando que o telespectador faça automaticamente a associação entre “igreja” e Igreja Católica.

Paralelamente a estas observações, mas seguindo as mesmas impressões vistas nos relatos das comemorações do dia da Independência do Brasil, o JR apresentou a cobertura da festa em Brasília e do Grito dos Excluídos, um seguido do outro. O JN fez a cobertura dos dois eventos, mas os apresentou separadamente.

A primeira reportagem do JN é referente às comemorações em Brasília. Depois dela, são apresentadas cinco reportagens, entre elas dois momentos de propagandas, para então ser transmitida uma nota sobre o Grito dos Excluídos.

A aproximação dos assuntos no JR ressalta a intertextualidade entre eles, tendo como possível efeito de sentido o aumento da crítica ao governo pronunciada pelo Grito dos Excluídos e, conseqüentemente, ofuscando o brilho da comemoração em Brasília. Este efeito de sentido é retomado por Boris Casoy no comentário final.⁶ Já no JN, o distanciamento das duas reportagens distancia também a relação intertextual entre elas.

⁶Uma das características do apresentador Boris Casoy nos telejornais em que participa é a apresentação de um comentário ao final das principais notícias da edição. Este comentário é feito, aparentemente, de improviso, e em primeira pessoa, enfatizando a crítica pessoal ao assunto tratado.

Ao contrário do JR, então, a comemoração do presidente tem mais expressividade e o Grito dos Excluídos tem menos fundamento, ou seja, o motivo pelo qual ele acontece no dia 7 de Setembro não é evidenciado nem explicitamente nem intertextualmente.

A mesma observação sobre as ressonâncias do discurso militar no discurso do JN se coloca em uma outra reportagem do mesmo dia, 7 de setembro. Em uma primeira leitura das transcrições desta reportagem, observamos o silenciamento dos militares no JR e o destaque a eles dado pelo JN. Vimos isso já na cabeça⁷ das reportagens:

- JN: *“O 7 de Setembro foi comemorado com paradas militares por todo o Brasil. Em Brasília, um herói olímpico atraiu a atenção do público no dia da independência.”*

- JR: *“Em Brasília, a Esquadrilha da Fumaça, atletas, bailarinos, deram toque especial às comemorações do Dia da Independência. A população lotou a Esplanada dos Ministérios. A reportagem é de Cristina Lemos.”*

A comemoração do feriado é referida pelo JN, no primeiro enunciado, com uma centralização nas paradas militares. Quaisquer outras formas de comemoração são, neste momento, silenciadas pelo telejornal. Já o JR inicia a reportagem apresentando as diversidades que compuseram as comemorações do Dia da Independência. Além disso, no JN, as pessoas que estiveram na Esplanada dos Ministérios eram um “público” atraído por “um herói olímpico”. Este “público” é referido como predicado do “herói olímpico”. Já no JR as pessoas são a população, sujeito do enunciado. Ainda que determinado por outros sintagmas, as pessoas, em geral, que estiveram em Brasília, estão sempre como sujeito ativo das sentenças do discurso do JR e como predicado no JN, como vemos no trecho apresentado e em outros sintagmas do texto.

Tais sintagmas mostram a repetição da referência aos militares na festa no JN, apresentando-os como centrais no evento. O JR, com exceção da referência aos fuzileiros navais, silencia completamente a presença dos militares na festa do 7 de Setembro.

⁷ A “cabeça” em um telejornal é o texto lido pelo locutor ou âncora, no estúdio, antes da apresentação da reportagem em si.

No JR, o início da reportagem, aquilo que deve chamar a atenção do telespectador, ainda que não seja o tema central da reportagem, é a participação de diversas pessoas, que serão melhor apresentadas ao longo da matéria, mas não dos militares. O JN coloca como destaque em sua reportagem a participação dos militares, sendo secundária a participação dos outros integrantes.

Uma última observação acerca dos dois telejornais que julgamos estar entre as mais relevantes é a construção de imagens mais otimistas sobre o Brasil feitas pelo JN em relação àquelas construídas pelo JR. Exemplificamos este efeito com duas matérias apresentadas no dia 4 de novembro que se referem a uma pesquisa divulgada pelo IBGE sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil, caracterizando-se como um discurso relatado de tal pesquisa. Mas são os recortes neste discurso e a forma como eles são apresentados que nos levam a análises bastante interessantes.

Os dois telejornais iniciam suas matérias com um enunciado idêntico: “O IBGE divulgou hoje um estudo sobre desenvolvimento sustentável no Brasil.” Observamos que neste enunciado não há a explicação do que significa IBGE, ou seja, os telejornais pressupõem que o telespectador conheça o instituto. Ao mesmo tempo, a semelhança entre eles estabelece as mesmas considerações já feitas acerca da FSP e do OESP.

Por outro lado, a forma como a citação do IBGE é feita nos mostra um outro efeito de sentido para a construção deste enunciado inicial. Nele observamos a introdução de um discurso indireto que, se retomarmos os estudos de Authier-Revuz (1998) acerca das heterogeneidades discursivas, podemos dizer que se trata de um “discurso indireto (DI), que representa um dizer outro de forma não-opacificante, mas que apresenta uma relação de afinidade – no plano da co-ocorrência e da interpretação (...)” (Authier-Revuz, 1998: 18). Assim, para a autora, o DI constitui uma operação de reformulação, e não apenas de citação do dizer, na medida em que produz um enunciado como tendo o mesmo sentido do discurso primeiro (*ibid.*: 150).

Apesar de tal semelhança, os efeitos de sentido produzidos por cada telejornal são bastante diferentes. No JN, o assunto é apresentado como uma reportagem (uma matéria jornalística caracteristicamente mais longa e que demanda maiores recursos da produção do telejornal), enquanto no JR é apresentado como uma nota coberta (matéria em que algumas imagens são mostradas com a voz do locutor narrando os fatos). Portanto,

retomando também as questões sobre a temporalidade do acontecimento, o assunto é tratado com maior ênfase no JN do que no JR, uma vez que o formato de reportagem é destinado a uma matéria considerada mais relevante do que uma nota coberta.

Quanto à escolha lexical feita no momento da apresentação dos dados da pesquisa, chamaram-nos a atenção os seguintes trechos que constituem o início das duas matérias:

- JN: “O IBGE divulgou hoje um estudo sobre desenvolvimento sustentável no Brasil. É um instrumento para avaliar, ao mesmo tempo, a economia do país e os cuidados com o meio ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos. O estudo mostra conquistas, mas também muitos desafios.”

- JR: “O IBGE divulgou hoje um estudo sobre desenvolvimento sustentável no Brasil. O trabalho revela dados positivos como a melhora na qualidade do ar e no saneamento básico e indicadores negativos como o crescimento do número de homicídios.”

Estabelecemos uma oposição parafrástica entre, respectivamente: *conquistas e desafios* (JN); e *dados positivos e indicadores negativos*. A escolha do JR assemelha-se mais à linguagem científica. Já o JN adota um léxico próprio aos jogos esportivos ou à linguagem mais familiar: a conquista oposta à derrota; o desafio que precisa ser superado para conquistar a vitória. Desta forma, além de diminuir a negatividade do indicador negativo – trata-se de um desafio que pode ser superado –, o JN aproxima os dados do seu interlocutor. Aproxima as conquistas e os desafios da vida do telespectador, através da aproximação da linguagem utilizada.

Conclusões

A partir das análises realizadas em nossa pesquisa, as quais foram parcialmente apresentadas neste artigo, traçamos algumas conclusões.

Acerca dos discursos da FSP e do OESP frente às questões sociais abordadas no material analisado, pudemos observar as suas diferentes linhas argumentativas, que, porém, não assumem posicionamentos radicais e nem são muito distantes.

A observação da diminuição das reportagens acerca da reforma da previdência durante o período em que também diminuíram os protestos nos traz um questionamento: é a sociedade quem pauta a mídia ou a mídia é quem pauta a sociedade? Exemplificando esta questão a partir de nossas análises, nossa dúvida consiste em: os servidores organizaram grandes protestos contra a reforma da previdência em decorrência da cobertura maciça da imprensa e dos efeitos de sentido por ela veiculados – e, da mesma forma, deixaram de fazer grandes protestos porque a imprensa deixou de enfatizar o assunto –, ou a imprensa publica os protestos porque eles existiram antes, sem que ela interferisse neste processo?

A partir deste questionamento recorreremos novamente aos estudos de Pêcheux (1981). O autor mostra como a mídia não relata apenas os acontecimentos da sociedade, mas participa ativamente da formação da opinião pública, sendo co-responsável pelas manifestações e protestos, enunciando-os nos meios de comunicação.

Por outro lado, é relevante o processo pelo qual a mídia relata os acontecimentos. No caso francês, Pêcheux afirma que a TV retratou primordialmente um lado das eleições, divulgando com maior intensidade os partidários do presidente eleito naquele momento, F. Mitterand, e deixando de lado os apartidários a ele. O mesmo observamos nos textos sobre a reforma da previdência: os dois jornais apresentaram as mudanças e aprovações da reforma e só citaram os manifestantes no protesto do dia 7 de agosto. Quando muito, foi citada a falta de apoio à proposta do governo, mas sem que fossem relatados os motivos desta oposição.

Nas escolhas lexicais e na diagramação estão as maiores diferenças apresentadas nas análises, onde a FSP assume uma posição mais ofensiva ao governo do que o OESP. Também nestes exemplos vimos como os efeitos de sentido produzidos pelos jornais são diferentes, mas não tão distantes.

Em resumo, nas análises feitas nesta pesquisa, observamos que tanto a FSP quanto o OESP criticam decisões governamentais. Mas o OESP não releva com tanta ênfase as críticas quanto a FSP; por outro lado, na maioria das vezes, ele dá voz a apenas uma opinião, cita uma só fonte, ao invés de citar várias, como a FSP.

A FSP privilegia os protestos e discussões. O OESP, por sua vez, centraliza a visão apresentada. Os dois recursos podem inibir a leitura crítica dos textos.

Por outro lado, chamou-nos a atenção a semelhança entre os jornais. É certo que existem diferenças entre seus discursos, mas não são diferenças radicais. Este fato torna-se preocupante quando pensamos que a FSP e o OESP são os maiores jornais do estado de São Paulo, dois dos cinco maiores do país, segundo a classificação de Kucinski (2002).

A homogeneização dos discursos, a fonte muitas vezes única de informação e de imagens (como vimos em muitos textos dos jornais analisados), cria uma homogeneização também dos efeitos de sentido veiculados a grande parte dos leitores brasileiros. É certo que os sentidos não dependem apenas do autor, mas não podemos esquecer que a mídia tem, cada vez mais, um espaço maior de circulação e de poder na sociedade.

Sobre os telejornais, de uma forma geral, o JN constrói uma imagem mais otimista do país não só nas reportagens, mas também na sua estrutura. A característica dos apresentadores (o casal Fátima Bernardes e William Bonner) traz para o telejornal a imagem da família que eles constituem, criando esse interdiscurso com fronteiras muito opacas: quais os limites entre a posição discursiva do “bom pai” e da “boa mãe” – segundo as imagens constituídas pela mídia que divulga a vida das celebridades – e a posição de jornalista, no JN?

Ao contrário, Boris Casoy constitui a busca de uma personalidade dentro do JR, trazendo sua história no telejornalismo brasileiro caracterizada pela criticidade e discursos explicitamente opinativos para o JR.

O JN busca o otimismo na construção verbal de suas notícias. Vimos isto em praticamente todas as reportagens analisadas, mais especificamente nos discursos relatados, escolhas lexicais, silenciamentos, interdiscursos e formações imaginárias.

Esta mesma característica foi observada na estrutura de apresentação das reportagens. O JN freqüentemente termina suas edições com notícias de esporte, variedades e cultura, e raramente com notícias que envolvam política, economia ou outras questões que se relacionam a perspectivas ruins para o país ou para o mundo.

Por outro lado, o JR constrói reportagens utilizando diversos interdiscursos e intertextualidades que permitem crítica aos temas analisados. Estas relações são mais evidentes nos comentários de Boris Casoy, mas também estão presentes em outras partes do telejornal.

Estas características nos levam às seguintes conclusões: o JN aproxima seu discurso da vida cotidiana do telespectador, através, por exemplo, dos interdiscursos com a família, as *conquistas* e *desafios* diários, apresentando histórias que retratam a vida de muitos de seus telespectadores. Podemos dizer, então, que o telejornal passa a ser uma espécie de espelho da vida cotidiana do telespectador, trazendo-o, interdiscursivamente, para o próprio espaço do estúdio do telejornal. Seguindo este raciocínio, uma crítica ao governo ou à sociedade – no caso que aqui estudamos – apresentada pelo telejornal, se aproximaria da autocrítica.

Por outro lado, o JR distancia seu discurso do discurso cotidiano, explicitando um deslocamento. O próprio Boris Casoy evidencia este deslocamento, o que facilita a visão crítica enfatizada pelo telejornal. No JN, esta crítica é mais difícil de ser feita, visto que o telespectador não é levado a produzir este deslocamento.

Tendo em vista estas e outras considerações, percebemos que tanto os jornais impressos quanto os telejornais não são imparciais, sendo que, dentre os títulos analisados, apenas o JR não se propõe como tal, enquanto os outros procuram criar uma imagem de imparcialidade de si próprios para o leitor ou telespectador através de diversos elementos. Ou seja, há aí um apagamento dos processos de produção do discurso jornalístico, através dos quais agem inúmeros mecanismos de controle. É certo que todo discurso dispõe destes mecanismos, mas o apagamento deles nas empresas jornalísticas faz com que as notícias sejam veiculadas sob o rótulo do real, da verdade única e indiscutível.

Frente às diferenças, questionamos as classificações jornalísticas que comumente dividem os textos da área entre opinativos e informativos, a exemplo do que apresenta o autor Marques de Melo (1994), fazendo circular o mesmo efeito de real que presumidamente seria inerente aos textos informativos, estes isentos de opiniões.

Além disso, também os Manuais de Redação e Estilo publicados pela FSP, OESP e pela Rede Globo propagam os modelos de objetividade e imparcialidade e, desta forma, apregoam a seus leitores o mito da imparcialidade e o mito da informação.

Abstract

We present, in this text, a contrastive analysis of news published in two newspapers (*O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo*), which were broadcasted by two television news programs (*Jornal da Globo* and *Jornal da Record*) as well. The main purpose of this text is to show that small differences in the discourse materiality produce different effects of meaning, indicating, therefore, different ideological positions of the editors.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- GUIMARÃES, E. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *A semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- KUCINSKI, B. Do discurso da ditadura à ditadura do discurso. In: *Cadernos Dipló. Le Monde diplomatique*. Nº 3 – janeiro de 2002. São Paulo: Editora Unesp, p. 46-9.
- LUSTOSA, E. *O texto da notícia*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.
- MARIANI, B. S. C. *Imprensa de 1930 e memória histórica: uma questão para a análise do discurso*. Campinas, 1998.
- MARQUES DE MELO, José. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MARTINS, E. (org). *O Estado de S. Paulo. Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.
- MEGID, C. M. (2004). As questões sociais no governo Lula: uma análise dos discursos da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo*. In: *1º SePeG – Seminário de Pesquisas da Graduação – Instituto de Estudos da Linguagem-Unicamp*. Abril/2004, p. 185-92.

- _____. (2005b). As questões sociais no governo Lula: uma análise contrastiva dos discursos do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record*. In: *2º SePeG – Seminário de Pesquisas da Graduação – Instituto de Estudos da Linguagem-Unicamp*. Abril/2005.
- Novo manual de redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In: *Rua*. Campinas: Labeurb-Unicamp, 1995: 35-47.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1981.
- _____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: HAK, T. e GADET, F. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PRADO, F. *Ponto eletrônico: dicas para fazer telejornalismo com qualidade*. São Paulo: Publisher, 1996.